



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

30/01/2019 ATÉ 30/01/2019

INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG DO KIEL MARTINS.....	2
	2.2 BLOG DO MINARD.....	3 4
	2.3 BLOG MARRAPÁ.....	5
	2.4 SITE MARANHÃO HOJE.....	6
	2.5 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	7
3	ESMAM	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8

Cleones Cunha será o novo presidente do TRE-MA, para o biênio 2019/2020

29/01/2019 16:27:32

O ex-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, será o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, para o biênio 2019/2020, a decisão foi tomada nesta terça-feira (29), após o anúncio da desistência do desembargador Tyrone Silva de ascender ao principal cargo da justiça eleitoral.

Dessa forma, Cleones Cunha será o responsável por comandar o processo eleitoral no Maranhão, durante as disputas municipais, desde a pré-campanha até a campanha de fato.

Cleones terá companhia na Mesa Diretora, o próprio Tyrone Silva que ocupará a função de vice-presidente e corregedor-geral do TRE.

O próximo presidente do TRE/MA, assume após a sessão do dia 23 de fevereiro e ele é irmão do atual presidente da Famem, Cleomar Tema.

Blog do Diego Emir

Desembargador José Bernardo Rodrigues preside a 2ª Câmara Criminal do TJMA

Publicado em 29 de janeiro de 2019 às 21:00 | [Comentar](#)

O desembargador José Bernardo Rodrigues assumiu, neste ano de 2019, a presidência da 2ª Câmara Criminal Isolada do Tribunal de Justiça do Maranhão. As sessões ocorrem sempre às quintas-feiras, a partir das 9h, na Sala das Sessões Criminais, no 1º andar do prédio sede do TJMA, na Praça Pedro II. A primeira sessão do ano ocorreu na última quinta-feira (24).

Também fazem parte da 2ª Câmara Criminal Isolada, os desembargadores José Luiz Almeida e Vicente de Paula.

A mudança na Presidência segue em sistema de rodízio pelo desembargador mais antigo na Câmara, pelo período de um ano, de acordo com o artigo 15 do Regimento Interno do TJMA.

Ao presidir a Câmara, não há prejuízo de officiar como relator, revisor ou vogal. Cabe a ele, ainda, convocar sessões extraordinárias, sem prejuízo dessa convocação pela Presidência do Tribunal; proclamar o resultado dos julgamentos; e exercer o poder de polícia durante as sessões. O presidente da Câmara, quando necessário, será substituído pelo desembargador mais antigo e que seja membro da Câmara.

Desembargador Ricardo Duailibe preside a 5ª Câmara Cível do TJMA

Publicado em 28 de janeiro de 2019 às 13:50 | [Comentar](#)

Des. Ricardo Duailibe, em sessão, nesta segunda-feira (28). Foto: Ribamar Pinheiro

O desembargador Ricardo Duailibe assumiu, neste ano de 2019, a presidência da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão. As sessões ocorrem sempre às segundas-feiras, a partir das 9h, na Sala das Sessões Plenárias, na sede do TJMA (Praça Pedro II). A primeira sessão do ano ocorreu na última segunda-feira (21).

Também fazem parte da 5ª Câmara Cível Isolada, os desembargadores Raimundo Barros e José de Ribamar Castro. Na sessão desta segunda-feira (28), o desembargador Kleber Carvalho participou da sessão, em substituição ao desembargador José de Ribamar Castro, que está em período de férias.

A mudança na Presidência segue em sistema de rodízio pelo desembargador mais antigo na Câmara, pelo período de um ano, de acordo com o artigo 15 do Regimento Interno do TJMA.

Ao presidir a Câmara, não há prejuízo de officiar como relator, revisor ou vogal. Cabe a ele, ainda, convocar sessões extraordinárias, sem prejuízo dessa convocação pela Presidência do Tribunal; proclamar o resultado dos julgamentos; e exercer o poder de polícia durante as sessões. O presidente da Câmara, quando necessário, será substituído pelo desembargador mais antigo e que seja membro da Câmara.

Tyrone Silva abdica e Cleones Cunha será presidente do TRE/MA no biênio 2019/2020

29/01/2019 16:17:05

No dia 26 de fevereiro, o desembargador Tyrone Silva, atual membro substituto, assume como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA).

Na data haveria eleição para presidente e vice-presidente/corregedor, uma vez que o desembargador Ricardo Duailibe deixa a Corte - em razão de fim de biênio 2017/2018, no dia 23 de fevereiro.

No entanto, na sessão ocorrida na manhã desta terça, 29, substituindo o desembargador Cleones Cunha, o desembargador Tyrone Silva anunciou que, quando assumir como membro efetivo, abdica de concorrer ao cargo de presidente, oportunidade em que foi congratulado pelos pares pela atitude.

O artigo 5º do Regimento Interno deste Tribunal prevê que quem assume a presidência é um dos 2 membros da classe de desembargador do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro o exercício cumulativo de vice-presidente e corregedor regional eleitoral.

Com o anúncio, fica desde já decidido que o próximo presidente da Corte Eleitoral maranhense será o desembargador Cleones Cunha, cabendo a vice-presidência e corregedoria ao desembargador Tyrone Silva.

Residencial Parque Independência, do governo, ainda não saiu do papel

Empreendimento, que deveria ter sido construído no Parque Independência, teria milhares de imóveis; servidores públicos estaduais ativos teriam privilégio de compra; processo não passou do restabelecimento de posse do terreno

IGOR LINHARES / O ESTADO

30/01/2019

Residencial Parque Independência, do governo, ainda não saiu do papel

Área do Parque Independência está abandonada; obras do residencial não foram iniciadas no local (Paulo Soares / O Estado)

O Parque Independência, no Jardim São Cristóvão, onde aconteciam as tradicionais edições da Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), encontra-se em estado de abandono, mesmo após o Governo do Maranhão ter retomado a posse da área em setembro de 2016, anunciando que, no local, que abrange mais de 60 hectares, seria construído o Residencial Parque Independência, obra do Estado em parceria com o Governo Federal. O terreno, avaliado em cerca de R\$ 20 milhões, está tomado pelo mato e é marcado pela baixa qualidade na estrutura do muro que o entorna e insegurança.

O edital do empreendimento, que já deveria estar em fase de construção, considerando o período de quase três anos em que o terreno foi restabelecido e a obra anunciada, previa a implantação de oito condomínios independentes com 256 moradias cada, sendo cinco torres de apartamentos de 51 metros quadrados e três, com apartamentos de 65 metros quadrados, totalizando 2.048 moradias. De acordo com a atual gestão estadual, a compra do imóvel poderia sair até 25% mais barata que o valor de mercado. Os apartamentos, se construídos, custariam o equivalente a R\$ 99 mil e R\$ 127 mil.

A retomada da área só foi possível após uma decisão do desembargador Guerreiro Júnior, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), em julho de 2016, após o Governo identificar vícios e irregularidades no contrato de ocupação da Associação dos Criadores do Estado do Maranhão, a quem estava cedido o local. À época, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) também já havia notificado a associação para desocupação.

Além dos problemas averiguados, a retomada só foi possível após a explícita intenção do Governo do Maranhão em utilizar a área para finalidades de interesse público, discurso reiterado pelo procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, que corroborou com o pedido da Gestão Dino (PCdoB) e alegou que o espaço, positivamente, poderia “ser utilizado para finalidades com mais ênfase e amplitude aos interesses públicos”, haja vista que o Parque ficava praticamente ocioso durante todo o ano, ainda segundo Maia. Empreendimento atenderia os servidores estaduais ativos.

Investimento

Em parceria com o Governo Federal, por meio do programa de habitação urbana “Minha Casa, Minha Vida”, a Gestão Dino (PCdoB) garantiu que, no terreno de propriedade do estado, avaliado em cerca de R\$ 20 milhões,

teria o investimento de R\$ 255 milhões para execução total da obra - que se arrasta desde 2016. No ano passado, o Governo do Maranhão informou que a previsão era de que o início fosse em fevereiro do mesmo ano, o que não aconteceu.

Pré-qualificação

No mesmo ano, em 2016, as empresas do ramo da construção civil estavam em fase de pré-qualificação pelo Governo do Maranhão, as quais deveriam apresentar propostas para a construção da obra anunciada, que abrigaria mais de 2 mil famílias, inclusive para os próprios servidores públicos estaduais, tendo sido abertas as inscrições numa página exclusiva criada pelo Estado, na qual os servidores interessados em adquirir o imóvel poderiam realizar as simulações de financiamento, visualizar a planta dos apartamentos e conseguir outras informações.

O Governo do Maranhão foi indagado sobre a obra e quando ela será iniciada, além dos problemas relatados na reportagem, sobre a atual situação do Parque da Independência, e por meio de nota a Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid) informou apenas que o Residencial Parque Independência - empreendimento habitacional de 2048 apartamentos, concebido para o atendimento de moradia a servidores públicos estaduais - será objeto de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação, com contrapartida do Estado do Maranhão. Dessa forma, cabe ao governo cumprir todas as exigências técnicas e legais impostas pela Caixa Econômica Federal. A Secretaria informou, ainda, que as exigências vêm sendo providenciadas, com a apresentação da lei autorizativa para doação do terreno. A Secid frisou que a referida lei não tramitou em 2018, por conta da vedação imposta pela Lei Eleitoral que regulamenta os procedimentos do Poder Executivo em ano de eleições. Por fim, a Secid ressaltou que a contratação do empreendimento deverá ser efetivada neste semestre.

Relembre

Em 2017, foi realizada a última edição da Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema) no Parque Independência, localizado em São Luís. No mesmo período, a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA) e a Associação dos Criadores do Maranhão (ASCEM) realizaram uma visita às independências do Parque para definir os trabalhos que devem ser realizados para recuperação e adequação do espaço, para o início das obras do empreendimento residencial.

Agenda de cursos

Já está disponível para consulta o novo calendário de cursos da Escola Superior da Magistratura do Maranhão para este ano. A programação, atualizada periodicamente, oferece opções de atividades para servidores e magistrados do Judiciário. A agenda será executada durante o primeiro ano da nova gestão, com direção dos desembargadores Froz Sobrinho e José Jorge Figueiredo, a serem empossados dia 22 de fevereiro. São 81 opções de cursos, com temas selecionados a partir das necessidades de capacitação solicitadas pelas unidades administrativas e judiciais do TJMA.

Tyrone desiste da presidência do TRE e cargo vai para Cleones Cunha

Com posse prevista para 26 de fevereiro, o desembargador Tyrone Silva, atual membro substituto, assume como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA). Na mesma data, haverá eleição para presidente e vice-presidente/corregedor, uma vez que o desembargador Ricardo Duailibe deixa a Corte - em razão de fim de biênio, no dia 23 do mesmo mês.

Na sessão desta terça-feira (29), substituindo o desembargador Cleones Cunha, Tyrone Silva anunciou que, quando assumir como membro efetivo, abdica de concorrer ao cargo de presidente, oportunidade em que foi congratulado pelos pares pela atitude.

O artigo 5º do Regimento Interno deste Tribunal prevê que quem assume a presidência é um dos dois membros da classe de desembargador do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro o exercício cumulativo de vice-presidente e corregedor regional eleitoral.

Com o anúncio, fica desde já decidido que o próximo presidente da Corte Eleitoral maranhense será o desembargador Cleones Cunha, cabendo a vice-presidência e corregedoria ao desembargador Tyrone Silva.

Desembargador Josemar Lopes Santos é o presidente da 3ª Câmara Criminal do TJMA

Também fazem parte da 3ª Câmara Criminal, os desembargadores Froz Sobrinho e Tyrone Silva

Por: Da Redação

Data de publicação: 30 de Janeiro de 2019

Reprodução

Para o ano de 2019, assume a presidência da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o desembargador Josemar Lopes Santos. A mudança na Presidência segue em sistema de rodízio pelo desembargador mais antigo na Câmara, pelo período de um ano, de acordo com o artigo 15 do Regimento Interno do TJMA.

Também fazem parte da 3ª Câmara Criminal, os desembargadores Froz Sobrinho e Tyrone Silva. As sessões ocorrem sempre às segundas-feiras, a partir das 9h, na Sala das Sessões Criminais Isoladas, na sede do TJMA (Praça Pedro II).

Ao presidir a Câmara, não há prejuízo de officiar como relator, revisor ou vogal. Cabe a ele, ainda, convocar sessões extraordinárias, sem prejuízo dessa convocação pela Presidência do Tribunal; proclamar o resultado dos julgamentos; e exercer o poder de polícia durante as sessões. O presidente da Câmara, quando necessário, será substituído pelo desembargador mais antigo e que seja membro da câmara.